


# ■ O quadro de saúde dos servidores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal: Um estudo de caso

 Luan do Carmo da Silva \*  
Luciany Oliveira Osório Borges \*\*

**Resumo:** Este artigo apresenta estudo de caso desenvolvido em escola de Brazlândia acerca da saúde do servidor da Educação do Distrito Federal. Por meio de aplicação de questionários e verificação de alguns índices (peso, altura, circunferência abdominal e outros) pode-se constatar que é preciso investir na saúde do professor, assim como fomentar projetos que estejam direcionados para este tema, tendo a coordenação pedagógica como espaço-tempo essencial para o desenvolvimento de tais projetos.

**Palavras-chave:** saúde do professor – educação no Distrito Federal – CED 02 de Brazlândia.

### Introdução

Com a modernização dos processos produtivos industriais que teve início no Japão, por volta das décadas de 1960-70, têm-se buscado cada vez mais a eficiência na produção. Entretanto, a premissa da produção racional não se restringiu apenas ao chão da fábrica; ela atingiu de maneira ímpar o trabalhador em suas mais diversas ocupações.

A partir da chegada das décadas de 1980-90, caracterizadas por uma progressiva neoliberalização da economia, com destaque especial para a economia brasileira, as empresas e a administração pública passaram a exigir de forma mais contundente a contratação de profissionais que, dentre outras características, fossem versáteis, criativos, autônomos, flexíveis e, claro, bem qualificados. Segundo Carloto (2002, p. 22), essas reivindicações se fizeram presentes também nas escolas, ainda

que as variadas implicações daí decorrentes nem sempre tenham sido positivas.

Dentre várias questões impostas pela nova organização do trabalho, algumas foram especificamente formuladas aos professores: 1) desenvolver métodos eficazes a serem seguidos pelos professores; 2) determinar, em função disso, qualificações necessárias para o exercício da atividade; 3) capacitá-los em consonância com as qualificações, ou colocar requisitos de acesso; 4) fornecer formação permanente que mantivesse o professor à altura de suas tarefas durante sua permanência na instituição; 5) dar-lhe instruções detalhadas sobre como realizar seu trabalho; e 6) controlar permanentemente o fluxo do 'produto parcialmente desenvolvido', isto é, o aluno.

Em contrapartida às exigências primeiramente mencionadas, os funcionários da iniciativa privada passaram a buscar

---

\* Luan do Carmo da Silva é professor no CED 02 de Brazlândia – CRE Brazlândia – SEEDF, licenciado e mestre em Geografia (UFG/Goiania).

\*\* Luciany Oliveira Osório Borges é professora no CED 02 de Brazlândia – CRE Brazlândia – SEEDF, licenciada em Artes Visuais (UFG/Goiania) e especialista em História Cultural (UnB/Plano Piloto).

ambientes de trabalho que lhes proporcionassem momentos e situações de relaxamento e inspiração. Os empregadores, vendo que a produtividade dos funcionários aumentaria caso lhes fossem dadas tais possibilidades, passaram a investir em ambientes de trabalho cada vez mais motivacionais e descontraídos (KOLARIK; SENNA; FERRÃO, 2015).

Na administração pública, entretanto, não se tem encontrado exemplos como os da iniciativa privada. Pelo contrário, se for considerado apenas o trabalho docente, Sampaio e Marin (2004, p. 1204) apontam que esse vem sendo precarizado desde 1970. Esta precarização refere-se tanto “às condições de formação e de trabalho dos professores”, como “às condições materiais de sustentação do atendimento escolar e da organização do ensino”. Amparados nessa premissa, os referidos autores não buscam equiparar as condições de trabalho e o desempenho de servidores públicos com as condições de funcionários de empresas privadas; os autores buscam tão somente estabelecer um quadro comparativo entre o que é exigido do trabalhador nas diferentes esferas e o que esse trabalhador encontra como recompensa para o seu desempenho nessas mesmas esferas.

Fundamentados na literatura acima apresentada é que pontuamos a importância de analisar as condições de trabalho dos servidores da educação pública do Distrito Federal, tendo como lócus de estudo a Coordenação Regional de Ensino de Brazlândia (CRE-Braz). Devido à extensão da área abrangida por tal CRE (cerca de 474,83 km<sup>2</sup>) e dada a quantidade de escolas públicas que se encontram dentro deste perímetro (de acordo com os dados oficiais, 29 escolas com 1.006 professores), optou-se por um estudo de caso no Centro Educacional 02 de Brazlândia (CED 02 de Brazlândia). Esta é uma escola de grande relevância para a região, pois recebe alunos oriundos do entorno, zona rural e urbana, além de contar com uma significativa quantidade de docentes e possuir uma localização estratégica para o desenvolvimento do projeto no contexto apresentado.

De acordo com Ludke e André (1986), a escolha do método de pesquisa só é possível a posteriori da definição do problema a ser investigado, não sendo possível (ou não sendo recomendado), sob essa ótica, definir o procedimento de pesquisa sem ter a base empírica previamente definida. Para as pesquisadoras supracitadas, ao se trabalhar com a metodologia de estudo de caso é importante que o pesquisador tenha em mente que o contexto analisado não esteja deslocado da realidade. Dessa maneira, o estudo de caso revela situações que podem ser encontradas em outros espaços-tempos, não ficando – dessa

maneira – ligado somente ao singular da situação estudada, mas possibilitando abstrações e generalizações a partir das particularidades ali encontradas e, por mais contraditório que possa parecer, aproximando-se de um apontamento universal (PASQUALINI; MARTINS, 2015). Já para Ventura (2007, p. 384)

o estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações.

Como instrumentos de pesquisa, os pesquisadores optaram por utilizar questionários, que foram aplicados a todos os professores da escola selecionada, assim como constantes intervenções nos contextos das coordenações pedagógicas para a aquisição de dados. Outro meio utilizado para a obtenção de informações foi a parceria dos autores deste artigo com professor de Educação Física da escola, o que possibilitou a aferição de dados como peso, altura e circunferência abdominal.

O desenvolvimento do texto que segue está estruturado em duas partes, sendo finalizado pelas Considerações Finais. Na primeira parte apresenta-se o lócus da pesquisa – a escola na qual foram obtidos os dados – assim como um breve retrospecto da motivação para o delineamento da pesquisa que deu origem a este artigo. Na segunda parte do texto, é apresentada uma possibilidade de melhoria do quadro de saúde anteriormente apresentado – utilizando-se, para tanto, parte dos horários de coordenação pedagógica.

### A saúde do trabalhador da Educação Pública do Distrito Federal – o CED 02 de Brazlândia

Por meio de uma reportagem assinada por Dutra e Sahadi (2015), obtivemos a alarmante informação de que 56% dos atestados apresentados pelos servidores do Governo do Distrito Federal (GDF) são de profissionais ligados à Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer (SEEDF). Segundo dados do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), entre os anos de 2011 e 2013, os servidores da Educação do Distrito Federal necessitaram de um total de 181.989 afastamentos por motivos médicos (TCDF, 2014).

De acordo com estudo sobre o perfil do servidor público distrital (DISTRITO FEDERAL, 2015), a SEEDF é o maior órgão da Administração Direta do GDF. Dos 96.344 (88,65% do total geral) servidores da Administração Direta, 42.146 são da SEEDF, correspondendo a 43,74% do total de servidores. A

**Tabela 01 - Servidores públicos ativos do Executivo comparativo com a SEEDF.**

Distribuição de servidores públicos distritais	Valor Absoluto	% que representa os servidores da SEEDF
Servidores ativos ligados à SEEDF	42 146	100
Servidores ativos de órgãos da Administração Direta	96 344	43,74
Total de servidores ativos ligados ao GDF	108 684	38,77

Fonte: GDF – EGOV (2015)

tabela a seguir demonstra o tamanho da SEEDF dentro da estrutura de serviço público do Distrito Federal.

Tendo em vista os dados até aqui apresentados, quais as explicações possíveis para o alto número de atestados apresentados pelos professores e outros servidores da Educação do Distrito Federal? Além do montante de servidores ligados a essa área, as condições de trabalho influenciam sobremaneira na qualidade de vida, no bem estar do servidor e na qualidade dos resultados alcançados. De acordo com Marques (2015, p. 48), a manutenção de um bom ambiente na escola e na sala de aula são elementos imprescindíveis para se alcançar a eficácia escolar, que segundo a autora consiste na “análise e melhoria dos processos para obter desempenhos significativos no âmbito da escola”.

De acordo com Barreto, Araujo e Neiva (2010, p. 16), as políticas defendidas pelo governo distrital no que diz respeito à saúde do servidor da educação.

Podem ser resumidas, sem exagero, a um pequeno punhado de artigos do Regime Jurídico Único do Servidor Público, que trata da licença médica, da aposentadoria, e faz remissão à readaptação funcional apenas do trabalhador quando já adoecido e, às vezes, já inválido, sem que se atente para evitar o adoecimento.

Segundo os autores, devido à omissão do governo, o Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF) criou em 2009 a Secretaria para Assuntos de Saúde do Trabalhador do Sinpro/DF. Essa secretaria, em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Saúde e Trabalho (Gepsat), tem como objetivo investir “no bem-estar da categoria com ações voltadas para a promoção e proteção da saúde de seus sindicalizados” (SINPRO-DF, 2013, p. 25). Os diferentes projetos de atendimento aos professores da rede desenvolvidos por essa secretaria – concebidos como parte de um projeto maior chamado de Clínica do Trabalho – estão sintetizados no esquema a seguir:

**Figura 01: Organograma da Clínica do Trabalho – Sinpro-DF**

<b>Clínica do Trabalho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Clínica das Patologias</b> Atende professores adoecidos, em processo de adoecimento, e os que querem prevenir e cuidar da saúde mental</li> <li>• <b>Clínica da Cooperação</b> Acompanhamento dos professores na escola com encontros coletivos</li> <li>• <b>Clínica da Inclusão</b> Acompanhamento de professores aposentados por invalidez ou com problemas referentes à aposentadoria</li> </ul>
----------------------------	--

Fonte: SINPRO-DF, 2013

No que se refere às ações do governo do Distrito Federal quanto à saúde do trabalhador da Educação, a auditoria realizada pelo TCDF chegou à constatação de que:

A Secretaria não possui dados precisos sobre os agravos à saúde de seus servidores que a permita planejar adequadamente políticas de promoção e preservação da saúde. Os programas e ações ofertados

apresentam, como regra geral, abrangência pouco representativa e não possuem planejamento de atividades (...), as ações e programas ofertados podem ser classificados como insatisfatório ou péssimo e não atendem a demanda dos profissionais. (TCDF, 2014, p. 75)

O TCDF afirma, ainda, que os programas desenvolvidos pela SEEDF (seis no total) voltados para a saúde do servidor: apresentam precariedade de planejamento; não condizem efetivamente com as doenças que acometem o quadro de professores; não atendem a totalidade de servidores que precisam ser atendidos; e não são eficazmente divulgados entre os servidores, dentre outros pontos negativos.

Certamente uma das ações mais eficazes do GDF acerca da saúde do servidor da educação foi a concessão de um auxílio-saúde destinado aos ativos, inativos, pensionistas e temporários (DISTRITO FEDERAL, 2012). Este benefício é pago desde 2012, mas até o momento não foi reajustado. Os dados do Educacenso de 2015 apontam que mais de 37% dos professores em sala de aula do Distrito Federal gravitavam na faixa de idade de 40 a 50 anos (INEP, 2015). Se considerados os valores cobrados pelos planos de saúde para esta faixa etária, é possível afirmar que o auxílio-saúde em muito pouco influencia o acesso desses aos serviços de prevenção e tratamento de problemas de saúde.

Em contato com colegas do CED 02 de Brazlândia, em especial nas situações de coordenações pedagógicas coletivas, foi possível constatar a insatisfação desses servidores com o atual quadro de precarização do trabalho por eles desempenhado. Apesar de o âmbito político ser o que mais tem chamado a atenção do servidor – em especial por conta das atuais medidas de ajuste financeiro –, o que impacta mais diretamente a vida do servidor e da comunidade é a precarização que reporta à saúde do servidor – o que, consequentemente, afeta o seu bem estar e seu desempenho em sala de aula.

O CED 02 localiza-se na porção central (Setor Norte) da região administrativa de Brazlândia, atendendo a alunos matriculados nos anos finais Ensino Fundamental, que moram em diversos setores de Brazlândia, Águas Lindas de Goiás e Padre Bernardo – GO (CED 02, prelo). Em seu quadro de servidores a escola conta com cinquenta professores, o que representa 15,97% dos professores da CRE-Brazlândia (DISTRITO FEDERAL, 2014). Dessa maneira, é possível afirmar que a escola pesquisada, mesmo com suas peculiaridades, representa de maneira satisfatória o contexto escolar existente em Brazlândia.

Com todas essas informações em mãos, passou-se a delinear os meios para a execução da pesquisa. Inicialmente, foram realizados pequenos levantamentos informais com colegas de trabalho dos dois turnos, com o objetivo de conhecer, principalmente, a postura do servidor em relação às suas condições de trabalho e sua saúde. Com algumas informações já catalogadas, foi criado um questionário geral a fim de sistematizar as ideias existentes acerca do tema. Por fim, os professores foram convidados a realizar a medição de determinados índices, os quais podem comprometer diretamente a sua saúde (circunferência abdominal, Índice de Massa Corpórea, pressão arterial, batimentos cardíacos).

O questionário foi entregue aos cinquenta professores da escola entre os dias 19 e 21 de agosto do ano de 2015. O preenchimento do questionário não foi de cunho obrigatório,

e mesmo quem se dispôs a realizar tal preenchimento poderia se resguardar de emitir determinadas informações.

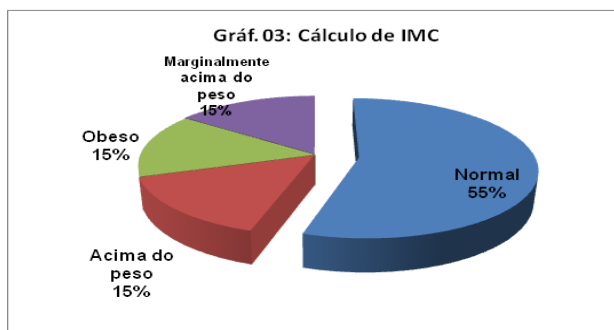
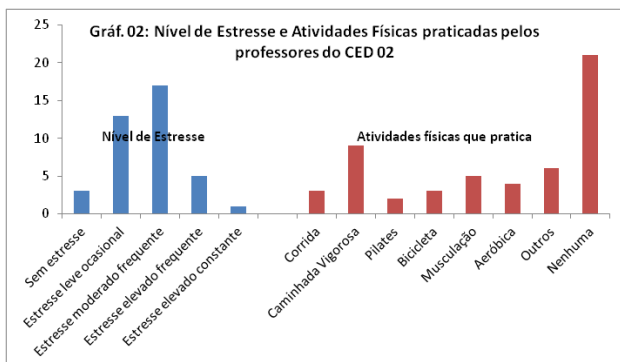
Por meio deste questionário, foi possível averiguar que parte considerável dos professores sofre, em alguma medida, com insônia, ou não dormem o total de horas recomendadas pelos profissionais de saúde (Gráf. 01). Além disso, aproximadamente 53% dos professores disseram que têm sono leve e/ou acordam com grande indisposição no outro dia.

**Gráfico 01: Horas de sono**

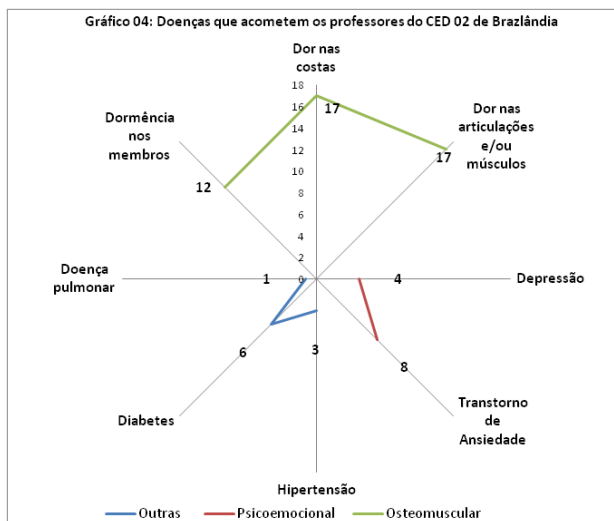
## Horas dormidas



Após analisar os dados coletados junto aos professores, sob a orientação de um profissional de Educação Física, verificou-se o alto índice de profissionais com problemas de saúde relacionados ao sedentarismo e ao estresse causado pelo trabalho em sala de aula (Gráf. 02). Sendo importante destacar nesses dados que aproximadamente 46% dos professores que declararam praticar alguma atividade física o fazem gastando menos de 100 (cem) minutos por semana. Os números apontam também um percentual considerável de profissionais com sobrepeso (Gráf. 03), IMC elevados e circunferência abdominal acima do recomendável pela Associação Brasileira de Medicina (que é de 94-102 cm para homens e 80-88 cm para mulheres).



Do grupo de professores do CED 02, grande parte já foi diagnosticada com alguma doença de cunho psicológico. Outro significativo percentual sente problemas físicos que, de uma maneira ou de outra, dificultam o desempenho de seu trabalho. Dos professores que apresentam tais enfermidades ou transtornos, o quadro geral está esboçado no gráfico 04. As doenças em questão foram classificadas levando em consideração os sintomas, e/ou os órgãos aos quais elas afetam diretamente. Dessa maneira, elas foram distribuídas em três grupos: doenças osteomusculares (de ordem física), doenças psicoemocionais (de ordem psicológica) e doenças de outras ordens.

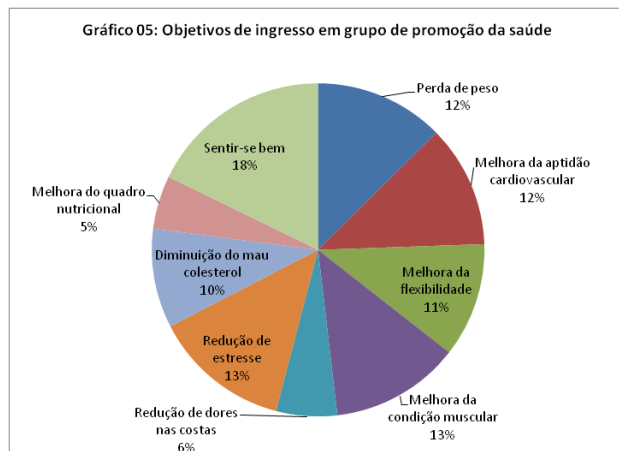


Os dados de doenças coletados no CED 02 de Brazlândia condizem com os dados do TCDF. Segundo levantamento desse órgão, entre 1993 e 2014, os principais motivos de readaptação dos servidores da Educação do Distrito Federal foram as doenças psicoemocionais (54% do total de readaptados no período investigado), osteomuscular (31% do total de readaptados no período investigado) e doenças relacionadas à voz (7% do total). Os valores absolutos estão demonstrados na tabela a seguir (Tab. 02).

Tabela 02: Principais motivos de readaptação na SEEDF (1993-2014)		
Natureza das doenças	Quantidade	Porcentagem correspondente
Osteomuscular	279	31
Psicoemocional	490	54
Voz	64	7
Outros	75	8

Fonte: TCDF, 2014.

Por meio de todas as informações coletadas, ficou ainda mais notória a urgência em proporcionar situações que possibilitem ao professor a melhoria de sua qualidade de vida e de sua saúde física e psicológica. Essa necessidade é corroborada pelos próprios professores, os quais, como é possível constatar no gráfico a seguir (Gráf. 05), têm objetivos múltiplos ao ingressar em um grupo de promoção de saúde, mas que, grosso modo, visam a melhoria de seu bem estar.



De acordo com Gasparini, Barreto e Assunção (2005), algumas das doenças que acometem os professores decorrem do descompasso entre as políticas públicas de ampliação de vagas à escolarização sem a correspondente melhoria da qualidade do trabalho docente. Por meio desta afirmação é possível inferir que no Brasil a precarização da docência é real, estando o Estado na contramão do esperado para a solução do problema. É inegável a importância da ampliação de vagas para escolarização na rede pública de ensino, entretanto, a quantidade de vagas não necessariamente tem que ser inversa à qualidade do serviço prestado. Daí a importância de se pensar em meios e situações (ou atividades) que aperfeiçoem o trabalho docente.

Uma das possibilidades de melhoria da qualidade do ambiente de trabalho docente é o que ora se apresenta neste artigo, na condição de uma intervenção propositiva nos espaços-tempos de coordenações pedagógicas coletivas.

### Ginástica e exercícios laborais para a otimização do trabalho docente

Realizar atividades físicas no contexto do trabalho pode prevenir doenças tanto de ordem física quanto de ordem psicológica – como é o caso da ansiedade, depressão, transtorno de humor e outros, como lesões e traumas que podem ser adquiridos no contexto laboral. É a partir desta premissa que a ginástica laboral – e mais que isso, os exercícios físicos – passaram a fazer parte do cotidiano de trabalho de parte significativa de trabalhadores pelo mundo todo. Por ser assim, e entendendo os momentos e situações de coordenação pedagógica enquanto espaços-tempos de formação, reflexão, interação e aprimoramento do trabalho docente (DISTRITO FEDERAL, 2013), o objetivo do presente projeto é destinar parte do tempo reservado às coordenações coletivas para momentos de relaxamento e realização de atividades físicas que visam melhorar o desempenho dos professores em sala de aula e, conseqüentemente, reduzir seus problemas de saúde e estresse.

A necessidade de viabilizar atividades físicas no contexto das coordenações pedagógicas é corroborada por Kolarik, Senna e Ferrão (2015, p. 8). Segundo o estudo, “a cultura da atividade física preventiva está fora da

realidade da maior parte dos profissionais da educação, normalmente seu tempo é escasso e não sobra tempo, e até mesmo o professor esquece, justamente por não incorporar na sua rotina esse hábito”.

Conforme informações publicadas pelo Ministério da Saúde (2000), exercícios físicos contribuem para o gasto diário de 8 a 20% do total de energia do ser humano. Sem contar em seus benefícios para reeducar o apetite e aumento da massa corporal magra (músculos), assim como proporcionam a melhor queima de gordura nos tecidos. Dessa maneira, pode-se afirmar que exercícios físicos tornam a pessoa mais ativa e mais propensa a perder peso e a mantê-lo reduzido.

Em essência, a implantação deste projeto busca propiciar ao trabalhador da educação, independente de idade e sexo, o bem estar no trabalho, o qual Siqueira e Padovam (2008, p. 206) definem da seguinte maneira:

um conceito integrado por três componentes: satisfação no trabalho, envolvimento com o trabalho e comprometimento organizacional afetivo. Esses três conceitos, já consolidados no campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho, representam vínculos positivos com o trabalho (satisfação e envolvimento) e com a organização (comprometimento afetivo).

Neste sentido, busca-se minimizar os males causados à saúde física e mental do professor em decorrência de seu trabalho cotidiano. Em levantamento realizado por Delcor et al. (2004) com um grupo de professores no interior da Bahia, os principais problemas apresentados por estes foram: cansaço mental, dor nos ombros e braços, dor nas costas, dor e formigamento nas pernas, dor de garganta, entre outros. Entende-se que, direta ou indiretamente, os exercícios físicos, se realizados corretamente e com a frequência recomendada, poderão reduzir a ocorrência dos problemas citados acima na escola escolhida para ser o piloto deste projeto.

O propósito final deste projeto consiste em possibilitar momentos aos docentes, dentro das coordenações coletivas, para desenvolvimento de atividades físicas, em associação com professores de Educação Física da própria instituição e de academias parceiras. Como conseqüência, espera-se melhorar o desempenho docente dentro e fora de sala de aula; aprimorar o condicionamento físico e mental do professor; reduzir a quantidade de atestados médico-hospitalares dos servidores que fazem parte desta instituição; e, finalmente, estimular a socialização do corpo docente com atividades físicas direcionadas fora do ambiente escolar.

O piloto deste projeto será desenvolvido no Centro Educacional 02 de Brazlândia, que possui a cerca de trinta (30) metros de suas dependências uma academia de ginástica, onde poderão ser oferecidas aulas exclusivas e direcionadas para o corpo docente. A opção por realizar esse tipo de projeto em parceria com uma academia de ginástica fora do ambiente escolar decorre das especificidades existentes quanto às atividades que um adulto precisa realizar para manter o bom funcionamento de seu corpo. Apesar de a escola possuir excelentes profissionais de Educação Física em seu quadro e uma ampla quadra de esportes, entende-se que a academia supre necessidades mais específicas, por meio de treinos direcionados e da presença de equipamentos voltados para determinadas atividades, como é o caso do spinning.

Para Gasparini, Barreto e Assunção (2005), o sucesso da educação escolar cada vez mais tem dependido do desprendimento do professor em melhorar a sua atuação, buscando soluções para problemas existentes no contexto escolar. Não é diferente no que diz respeito à procura por meios que melhorem a saúde do professor. Esse projeto piloto não acarreta ônus financeiro para a escola e/ou outro órgão da administração pública, pois os próprios professores seriam responsáveis por suas matrículas e pelas mensalidades na academia que se situa nas adjacências do prédio escolar. A princípio, os exercícios físicos seriam realizados nos últimos 50 (cinquenta) minutos das coordenações coletivas das segundas e quartas-feiras (exceto nas semanas consideradas prioritárias dentro do calendário escolar), sempre com acompanhamento de profissional da área e mediante autorização médica para a prática de exercícios. Considerando-se que as coordenações pedagógicas têm três horas de duração,

entende-se que as reuniões de cunho pedagógico, burocrático, ou formativo seriam plenamente atendidas nos primeiros 130 (cento e trinta) minutos, possibilitando que os outros cinquenta sejam utilizados para a prática de exercícios físicos.

Para o ingresso no grupo de melhoria da saúde proposto neste trabalho, fica a cargo do professor providenciar todos os exames solicitados pela academia, assim como um atestado de aptidão física emitido por profissional habilitado – procedimentos que serviriam como requerimentos básicos para a participação nas atividades do projeto. O professor também será convidado para uma reavaliação, a cada semestre, conduzida por um profissional de Educação Física (ou equivalente), a fim de que sejam mensurados os resultados obtidos na parte da saúde física, visto que os outros benefícios poderão ser atestados de formas mais subjetivas, como através de relatos de experiência. O professor permitirá que os dados coletados durante o projeto sejam divulgados em palestras, textos e correlatos, com o intuito de difundir a ideia e promover o projeto. Esclarece-se, ainda, que a participação no projeto de ginástica laboral não será obrigatória; portanto, o professor que optar por não aderir continuará a cumprir seu horário de coordenação coletiva integralmente no ambiente escolar.

### Considerações Finais

A saúde do servidor da educação é elemento imprescindível para o bom desempenho da atividade docente. Os dados apresentados neste artigo indicam que a saúde do servidor da educação necessita de

atenção. É importante buscar e fomentar ideias que tentem minimizar a precarização do trabalho docente no contexto da SEEDF e também em outras realidades, tanto públicas quanto particulares.

A proposta de projeto interventivo aqui apresentada foi pautada considerando tanto as necessidades apresentadas pelos colegas professores que cederam os dados quanto o entendimento de como funciona a coordenação pedagógica. Se essa tem como objetivo aperfeiçoar o trabalho docente, então é ideal usá-la também para a prática de exercícios físicos.

Dentre os passos tomados para a efetivação da proposta aqui esboçada, é importante destacar que a escola onde o projeto está em vias de execução já confirmou que, a partir de 2016, tal projeto constará no Projeto Político-Pedagógico da escola, dando assim maior respaldo a todos os envolvidos. O presente projeto foi apresentado à CRE de Brazlândia, que acenou com um total apoio à proposta, convocando seus idealizadores a disseminarem a ideia na reunião de gestores do próximo bimestre. Por meio dessas conquistas, é possível afirmar que a saúde e o bem estar dos servidores da educação passam a fazer parte da agenda de preocupações em diversas instâncias reguladoras e executoras da educação formal em Brazlândia.

Espera-se que a implantação deste projeto de ginástica e exercícios laborais em momentos de coordenações pedagógicas sirva de incentivo para que medidas semelhantes sejam adotadas em outras escolas da SEEDF e até mesmo em outros contextos laborais, sempre levando em consideração as especificidades de cada realidade. ■

### Referências Bibliográficas:

- Barreto, Maria J. C.; Araújo, Luciane K. R.; Neiva, Victor Mendonça. Sinpro/DF: Uma experiência de atendimento à saúde dos (as) educadores (as). In: Cadernos de Educação. n. 22. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2015/01/uma-experiencia-a-saude-dos-as-educadores-as.pdf> Acesso: 05.Out.2015.
- Calcule.net. Cálculo do Índice de Massa Corporal – cálculo do IMC. Disponível em <http://www.calcule.net/imc.calculo.indice.de.massa.corporal.a.php> Acesso: 10.Set.2015.
- Carlotta, Mary Sandra. A síndrome de Burnout e o trabalho docente. In: Psicologia em estudo. vol.7, no.1, p.21-29. ISSN 1413-7372. Maringá, 2002. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/pe/v7n1/v7n1a03.pdf> Acesso: 03.Ago.2015.
- CED 02. Centro Educacional 02 de Brazlândia. Secretaria de Estado de Educação. Projeto Político-Pedagógico do Centro Educacional 02 de Brazlândia. No prelo.
- Delcor, Núria Serre; Araújo, Tania M.; Reis, Eduardo J. F. B.; Porto, Lauro A.; Carvalho, Fernando M.; Silva, Manuela Oliveira e; Barbalho, Leonardo; Andrade, Jonathan Moura de. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. In: Cadernos de Saúde Pública. v. 20, n. 1. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v20n1/35.pdf> Acesso: 30.Jul.2015.
- Distrito Federal. Poder Executivo. Lei nº 4.862, de 3 de julho de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: <http://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/buscarLeiPeloLegis-94201/buscarNormaJuridicaPeloLegis.action> Acesso: 03.Set.2015.
- \_\_\_\_\_. Poder Executivo. Lei nº 5.105, de 03 de maio de 2013. Plano de Carreira do Magistério Público do Distrito Federal. Brasília: 2013. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2013/05/se%3%A7%3%A3o01-091.pdf> Acesso: 08.Ago.2015.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional. Cadastro das Instituições Educacionais do Distrito Federal – Censo Escolar 2014. Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/suplav/esc\\_df\\_mar15/cadastro\\_completo\\_2014.pdf](http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/suplav/esc_df_mar15/cadastro_completo_2014.pdf) Acesso: 13.Set.2015.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização. Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV). Perfil dos servidores públicos do Governo do Distrito Federal – 2015. Brasília, 2015.
- Dutra, Francisco; Sahadi, Lia. Governo altera serviços para reduzir atestados médicos. In: Jornal de Brasília. Cidades. Publicação: quarta-feira, 24/06/2015. Disponível em: <http://www.jornaldebrasil.com.br/noticias/cidades/627833/governo-altera-servicos-para-reduzir-atestados-medicos/> Acesso: 02.Ago.2015
- Gasparini, Sandra Maria; Barreto, Sandhi Maria; Assunção, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. Educação e Pesquisa. v. 31, n. 2. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022005000200003> Acesso: 07.Ago.2015
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. Estudo do Professor - Censo Escolar da Educação Básica 2007: EducaCenso. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/plano-nacional-de-formacao-de-professores/censo-do-professor> Acesso: 02.Ago.2015.
- Kolarik, Karem; Senna, Marcus Tullius de Paula; Ferrão, Suzi Sayonara Renner. A Ginástica laboral na manutenção da saúde dos professores da escola municipal de Planaltina-GO. In: Periódico Científico Projeção e Docência. v. 6, n. 1. 2015. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/view/503> Acesso: 02.Ago.2015.
- Lüdke, Menga; André, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Coleção temas básicos de educação e ensino. São Paulo: EPU, 1986.
- Marques, Rafaela Nunes. Escolas bem-sucedidas: como são? características de duas escolas públicas bem-sucedidas do Distrito Federal. In: Revista Com Censo. n. 2. Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/suplav/revista\\_comcenso/artigo\\_escolas\\_bem\\_sucedidas\\_como\\_sao.pdf](http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/suplav/revista_comcenso/artigo_escolas_bem_sucedidas_como_sao.pdf) Acesso: 24.Set.2015.
- Ministério da Saúde. Obesidade e desnutrição. NUT/FS/UnB-ATAN/DAB/SPS. Brasília: 2000. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obesidade\\_desnutricao.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obesidade_desnutricao.pdf) Acesso: 10.Ago.2015.
- Pasqualini, Juliana Campregher; Martins, Lígia Márcia. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. In: Revista Psicologia & Sociedade. 2015, vol.27, n.2. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p362> Acesso: 09.Out.2015.
- Sampaio, Maria das M. F.; Marin, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre práticas curriculares. In: Revista Educação e Sociedade. v. 25, n. 89. Campinas, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rev/v25n89/22618.pdf> Acesso: 14/set/2015.
- Siqueira, Mirlene Maria Matias; Padovam, Valquíria Aparecida Rossi. Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. In: Psicologia: Teoria e Pesquisa. vol.24, n.2. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v24n2/09.pdf> Acesso: 18.Ago.2015.
- Sinpro – DF. Sindicato dos professores do Distrito Federal. Sinpro investe na saúde da categoria. Quadro Negro – Informativo do Sindicato dos Professores no Distrito Federal. Ano XXXIII, n. 180. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/quadro-negro/> Acesso: 15/out/2015.
- TCDF. Tribunal de Contas do Distrito Federal. Secretaria de Auditoria. Auditoria operacional “gestão da oferta de profissionais de magistério da rede pública de ensino do Distrito Federal”. Brasília, 2014. Disponível em: [https://www.tc.df.gov.br/app/mesaVirtual/Implementacao/?a=consultaPublica&f=pesquisaPublicaProcessoTCDF&filter\[nproj\]=1130&filter\[anoproj\]=2014#detalhesModal](https://www.tc.df.gov.br/app/mesaVirtual/Implementacao/?a=consultaPublica&f=pesquisaPublicaProcessoTCDF&filter[nproj]=1130&filter[anoproj]=2014#detalhesModal) Acesso: 08/out/2015.
- Ventura, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. In: Revista SOCERJ. v. 20, n. 5. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: [http://www.polo.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/o\\_estudo\\_de\\_caso\\_como\\_modalidade\\_de\\_pesquisa.pdf](http://www.polo.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa.pdf) Acesso: 30/set/2015.